

Manaus, 24/06/2009

Exmo. Sr. Luis Ignácio Lula da Silva – Presidente da República
Exma. Sra. Dilma Rousseff – Ministra Chefe da Casa Civil
Exmo. Sr. Carlos Minc – Ministro do Meio Ambiente
Exmo. Sr. Rômulo Mello – Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Vimos por meio desta carta, manifestar nosso profundo descontentamento com o tratamento que o Ministério do Meio Ambiente e a Casa Civil têm dado aos ribeirinhos do baixo rio Branco e rio Jauaperi, estados do Amazonas e Roraima, e a causa justa pela qual vêm lutando desde 2001, a da criação da Reserva Extrativista do Baixo Rio Branco – Rio Jauaperi.

Desde o ano de 2001, as comunidades da área compreendida por parte da bacia do rio Jauaperi e do baixo rio Branco, vêm lutando pela criação da Reserva Extrativista que atende aos anseios de quase duas centenas de famílias que aí vivem. Com o apoio de técnicos do Governo Federal e de entidades da sociedade civil, todo o processo necessário para o estabelecimento desta Reserva foi executado conforme preconiza a legislação vigente. No entanto, até o presente momento, os ribeirinhos da região aguardam pela decisão da União, sem ao menos obter informações coerentes que os ajudem a compreender a não criação da referida Reserva no último dia 5 de junho de 2009, dia do Meio Ambiente, quando outras Unidades de Conservação foram decretadas.

Para nós, coletivo de organizações da sociedade civil, com longo histórico na luta pela conservação da biodiversidade e pelo reconhecimento do legítimo direito territorial das populações tradicionais, não há o menor sentido na morosidade e falta de transparência desse processo. Temos acompanhado de perto os possíveis entraves que poderiam estar emperrando a criação da Reserva e todos eles, um a um, foram sendo desmontados nas consultas que temos feito aos órgãos, inclusive do próprio Governo Federal.

Também temos acompanhado as iniciativas do Governo Federal em tentar promover a regularização fundiária das terras na Amazônia, assim como o compromisso assumido em ampliar o número de unidades de conservação na região e não compreendemos a resistência da União em começar pelo caminho mais óbvio, o de finalmente decretar as áreas protegidas importantes e pendentes de criação na Casa Civil, como é o caso da Reserva Extrativista do Baixo Rio Branco – Jauaperi.

O descaso e a negligência do Governo Federal em atender a demanda das populações ribeirinhas do baixo rio Branco e rio Jauaperi não implicam apenas na ameaça constante à biodiversidades daquela região, mas coloca em risco as famílias desses ribeirinhos e fere o seu direito de garantir um futuro saudável e de esperança para seus filhos.

Isto posto, reforçamos nosso desgosto com a condução desse processo e a forma como as comunidades e entidades envolvidas vêm sendo tratadas. Solicitamos esclarecimentos sobre a morosidade do processo e maior transparência e celeridade na sua conclusão com a efetiva criação da Reserva Extrativista Rio Branco – Jauaperi, e, conforme escolha e consenso das comunidades e técnicos envolvidos, mantendo seus limites e categoria propostos.

Atenciosamente,

Associação Amazônia - AA
Associação dos Artesãos do Rio Jauaperi - AARJ
Fundação Vitória Amazônica – FVA
Grupo de Trabalho Amazônico - GTA
Instituto Socioambiental - ISA
Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ
WWF/Brasil